



**Caderno Administrativo
Tribunal Superior do Trabalho**

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº1861/2015

Data da disponibilização: Terça-feira, 24 de Novembro de 2015.

<p>Tribunal Superior do Trabalho</p> <p>Ministro Antonio José de Barros Levenhagen Presidente</p> <p>Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho Vice-Presidente</p> <p>Ministro João Batista Brito Pereira Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho</p>	<p>Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF CEP: 70070943</p> <p>Telefone(s) : (61) 3043-4300</p>
---	---

Presidência

Ato

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO GDGSET.GP.Nº 643, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o constante do memorando CSJT.GP.CPJe nº 37, de 19/11/2015, da Coordenadoria do PJe do Conselho Superior da Justiça do Trabalho,

RESOLVE

Determinar a emissão de bilhetes de passagem aérea no trecho São Paulo/Brasília/Campinas e o pagamento de duas diárias e meia de viagem em nome da Excelentíssima Senhora ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para viajar à cidade de Brasília-DF, no período de 24 a 26 de novembro do corrente ano, a fim de participar de reuniões do Comitê Gestor Nacional do Sistema PJe da Justiça do Trabalho e do Grupo de Trabalho de Especificação de Requisitos para o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus.

Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

ATO TST.GP Nº 213, DE 22 DE ABRIL DE 2014. (Republicação)

Institui o Comitê Gestor do Sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, define sua composição e competência.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Considerando o teor do art. 29 da Resolução Administrativa nº 1589, de 4 de fevereiro de 2013, do Tribunal Superior do Trabalho, que prevê a gestão técnica do Sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, pelo Comitê Gestor do TST;

Considerando o disposto no art. 34 da Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que determinou às Presidências dos Tribunais a constituição de Comitê Gestor, bem assim as providências necessárias à implementação do PJe, conforme plano e cronograma a serem previamente aprovados pela Presidência do referido Conselho, ouvido o Comitê Gestor Nacional; e Considerando a necessidade de viabilizar a implantação do cronograma do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 120 dias, nos moldes do § 1º do art. 34 da Resolução CNJ nº 185/2013, RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê Gestor do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, com a seguinte composição:

- I – o Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte do Tribunal Superior do Trabalho, que o coordenará;
- II – a Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Ana Paula Pellegrina Lockmann;
- III – os Juízes auxiliares da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, Renan Ravel Rodrigues Fagundes e Gisela Ávila Lutz;
- IV – a Secretária-Geral Judiciária do Tribunal Superior do Trabalho, Gilse Batista Saraiva;
- V – o Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior do Trabalho, Tiago da Costa Peixoto; e
- VI – o Secretário Especial de Integração Tecnológica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Cláudio Fontes Feijó.

Parágrafo único. No caso de impedimento ou ausência, o coordenador do Comitê Gestor do PJe-JT do TST será substituído por ato do Presidente do TST.

Art. 2º O Comitê Gestor do TST contará com o auxílio de um Grupo de Apoio Executivo, com a finalidade de dar suporte aos trabalhos

desenvolvidos e cuja composição está definida no Anexo deste Ato.

Art. 3º Além das atribuições previstas no art. 30 da Resolução Administrativa nº 1.589, de 4 de fevereiro de 2013, do Tribunal Superior do Trabalho, compete ao Comitê Gestor do PJe-JT do TST:

I – especificar as regras de negócio do sistema, no que concerne às funcionalidades aplicáveis ao Tribunal Superior do Trabalho;

II – propor medidas para a adequação do PJe-JT do TST aos requisitos legais e às necessidades do Tribunal, inclusive no que concerne a sua integração e ao seu alinhamento com o Sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, bem como dos demais órgãos do Poder Judiciário e de outras entidades eventualmente identificadas como usuários externos;

III – estabelecer ações de aperfeiçoamento do sistema com a finalidade de desenvolver soluções e resultados necessários à concretização do PJe-JT do TST;

IV – receber, discutir e gerar demandas que envolvam a integração do PJe-JT do TST com outros sistemas, internos ou externos, bem como sugerir prioridade de atendimento;

V – apresentar cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho-TST, nos moldes do artigo 34 da Resolução CNJ nº 185, de 18 de dezembro de 2013.

Art. 4º As ações decorrentes dos trabalhos do Comitê Gestor serão reportadas à Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, por meio de relatório conciso, para conhecimento e aprovação, quando necessária.

Art. 5º Fica revogado o ATO TST.GP nº 257/2013, alterado pelo ATO TST.GP nº 175, de 7 de abril de 2014, bem assim o ATO TST.GP nº 258/2013, alterado pelo ATO TST.GP nº 176, de 7 de abril de 2014.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Anexos

Anexo 1: [Download](#)

ATO GP Nº 644, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

Altera a redação do inciso II do artigo 1º do Ato TST.GP Nº 213, de 22 de abril de 2014, que institui e define a composição do Comitê Gestor do Sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso das suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no ATO.TST.GDGSET.GP.Nº 623, de 11 de novembro de 2015, que dispensa, a pedido, a Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, das atribuições de Desembargadora Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho,

R E S O L V E:

Art. 1º O inciso II do artigo 1º do Ato TST.GP Nº 213, de 22/4/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

II – a Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Ana Paula Pellegrina Lockmann; (...).”

Art. 2º Republicue-se o Ato TST.GP Nº 213, de 22/4/2014, consolidando a alteração introduzida.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

ÍNDICE

Presidência	1	
Ato	1	
ATO DA PRESIDÊNCIA	1	